

ONU quer apoio privado a direitos

JORGE HENRIQUE CORDEIRO

SÃO PAULO – O governo é o principal responsável pela manutenção dos direitos humanos, mas as empresas privadas podem e devem ter um papel de destaque na luta contra a desigualdade social e econômica, principalmente nos países emergentes. A constatação é de Mary Robinson, comissária de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas, que esteve no Brasil durante a última semana.

Em sua passagem por São Paulo, ela se reuniu com representantes do grupo Ethos, entidade sem fins lucrativos que incentiva a responsabilidade social das empresas privadas, e pediu colaboração dos empresários. “No mundo globalizado, as empresas transnacionais têm cada vez mais poder, mas esse poder deve vir necessariamente com responsabilidade”.

Mary Robinson esteve também com o presidente Fernando Henrique Cardoso e com o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Carlos Velloso, e ainda com representantes de entidades da sociedade civil. “Os instrumentos para prevenir agressões aos direitos básicos do homem envolvem a ONU, os governos estabelecidos, a sociedade civil e o setor privado. O empresariado está sendo desafiado a aceitar sua responsabilidade. Isso é de extrema importância e estou decidida a encorajar esse potencial”, disse ela.

Ex-presidenta da Irlanda, Mary Robinson citou a África do Sul e a Irlanda como exemplos de países que contaram com ações eficazes das empresas privadas. “Neles, a comunidade de negócios se engajou em projetos para assegurar a estabilidade, pois isso interessava também a elas. E elas podem fazer muita coisa, como pagar salários justos, não permitir

treinados, mal equipados e sem as informações necessárias. Não porque a ONU quer o trabalho mal feito. Simplesmente não temos os recursos necessários.”

Segundo a comissária, muitas vezes os problemas são evidenciados em relatórios enviados por observadores internacionais, mas não são avaliados com a devida dimensão. “Fomos avisados em 1993 da possibilidade de genocídio em Ruanda. Se nós tivéssemos tomado as medidas cabíveis, talvez enviando mais tropas das forças de paz, é provável que não tivesse ocorrido a tragédia que afetou aquele país”.

Momento-chave. – Mary Robinson considera que estamos vivendo um momento-chave para os direitos humanos, com a opinião pública aceitando que a proteção desses direitos não pode ser barrada por fronteiras. O exemplo do ocorrido com o general Augusto Pinochet, detido na Inglaterra por crimes cometidos durante a ditadura militar no Chile, serviu de modelo. Em sua opinião, isso incentivou tribunais de diversos países a tomarem medidas contra políticos e militares que abusaram do poder. “Serviu de mensagem contra a impunidade sobre atos cometidos no passado. Esperamos que no futuro tenhamos uma Corte Penal Internacional para combater esses crimes”, comentou.

Para ela, a revelação de uma operação conjunta dos governos ditatoriais da América do Sul (Brasil, Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai), a Operação Condor, é parte do processo de cicatrização das feridas abertas durante os regimes militares desses países. “Acho importante que haja uma oportunidade para investigar os crimes cometidos naquele período e que os arquivos dessa época estejam disponíveis

trabalho infantil e criar oportunidades alternativas, como projetos de educação de crianças de rua”.

Solidariedade – A Comunidade Solidária, instituição, sob o comando da primeira-dama Ruth Cardoso, foi citada como exemplo de sucesso na união de governo e setor privado. “É sem dúvida uma ótima metodologia e deveria ocorrer mais em todos os níveis”, disse. Um dos fatores que segundo Mary Robinson fazem com que o apoio das empresas privadas contra a violação dos direitos humanos seja cada vez mais necessário é a falta de recursos da ONU para prevenir atrocidades. “Não adianta apenas querer que a ONU envie tropas. Temos o exemplo de Serra Leoa, para onde foram soldados mal

para todos. Mesmo depois de tanto tempo, é importante levar à Justiça os responsáveis por atos contra os direitos humanos e trazer à luz tudo que se passou.”

Robinson elogiou os esforços do governo brasileiro por resolver problemas do país como a brutalidade policial e o racismo, mas criticou a falta de informações oficiais. Segundo ela, o Brasil não tem um bom histórico em relação ao envio de relatórios à ONU. “Semanas atrás, um grupo de organizações não-governamentais esteve em Genebra e apresentou um relatório alternativo, com dados econômicos, sociais e culturais do Brasil. Isso foi bom, porque agora o governo brasileiro está sob pressão para fazer o seu próprio relatório”, concluiu.